



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

DESPACHO

Ao Agente de Contratação – Setor de Licitação,

Após análise minuciosa do despacho encaminhado por este Setor de Licitações e do conjunto documental que instrui o Pregão Eletrônico nº 90016/2025, a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC) manifesta-se tecnicamente acerca do questionamento formulado quanto à natureza do objeto licitado e à possibilidade de subcontratação de serviços de hospedagem por empresa que não detenha estrutura própria hoteleira estabelecida no Município de Itarana/ES.

Verifica-se, a partir da leitura sistemática do Edital e de seu Termo de Referência, que o objeto licitado corresponde à prestação direta de serviços de hospedagem, compreendendo o fornecimento de acomodações e serviços correlatos em estabelecimentos hoteleiros devidamente licenciados no perímetro urbano do município. Essa definição encontra respaldo expresso nos itens **1.1.1, 1.4.1, 2.1, 4.3.1, 5.1.3 e 5.5.2** do Termo de Referência, que delimitam a execução contratual a fornecedores que possuam infraestrutura própria, alvará de funcionamento e sanitário expedidos pelo órgão de fiscalização local.

O item **4.6.1** do Termo de Referência, de forma categórica, veda a subcontratação do objeto, assegurando que a execução seja realizada diretamente pela empresa contratada, com responsabilidade integral pela qualidade, segurança e adequação do serviço prestado. Tal vedação decorre da natureza do objeto, cujo desempenho depende da estrutura física e operacional da contratada, o que torna incompatível sua execução mediante intermediação ou repasse a terceiros.

Dessa forma, a tentativa de cumprimento contratual por meio de empresa interposta ou que tenha por atividade econômica o agenciamento, intermediação ou reserva de hospedagem **configura desvirtuamento do objeto licitado**, uma vez que tais atividades não se confundem com a prestação direta de serviços



hoteleiros, classificados sob o CNAE 5510-8/01 (Hotéis) e 5510-8/02 (Apart-hotéis). Empresas cujo enquadramento corresponda ao CNAE 7990-2/00 (Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente) exercem atividade-meio, e não atividade-fim hoteleira, sendo, portanto, incompatíveis com a natureza do objeto licitado. Assim, não se admite, sob nenhuma hipótese, a intercedência, subcontratação ou execução indireta do objeto por empresa não hoteleira, com atuação em agenciamento, reservas ou atividades correlatas, sob pena de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e comprometimento do controle e da rastreabilidade da execução contratual pela Administração.

Ressalta-se, ainda, que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, caput, e art. 11, impõe observância estrita ao edital e à execução direta do objeto contratado, resguardando a integridade do procedimento licitatório e a conformidade com os parâmetros previamente definidos nos Estudos Técnicos Preliminares. O art. 121 do mesmo diploma reforça que a execução contratual deve ocorrer sob as condições estabelecidas, não se admitindo transferência de responsabilidades a terceiros quando tal prática comprometer a finalidade do ajuste.

Portanto, considerando a clareza dos dispositivos editalícios, a natureza do objeto licitado e os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência administrativa, esta Comissão **ratifica integralmente o entendimento exposto pelo Agente de Contratação**, reconhecendo a inviabilidade de subcontratação e a não procedência da impugnação interposta pela empresa J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA.

Assim, a CPC manifesta-se favoravelmente à manutenção da decisão de inabilitação e à preservação dos parâmetros técnicos e jurídicos originalmente estabelecidos, garantindo a fiel execução do objeto e a observância dos princípios regentes da contratação pública.

Atenciosamente,



Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:12:48

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:24:52

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:19:18

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024